

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de agosto de mil novecentos e noventa e nove, na sala trezentos e vinte e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça deu-se início a plenária da Sexagésima Segunda Assembléia Ordinária do CONANDA. Inicialmente foram feitos os encaminhamentos aos trabalhos de grupos e Comissões Temáticas, sob a presidência do Vice-Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA). Presentes os conselheiros titulares; EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL (Ministério da Fazenda); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC/SP); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE); JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); CHARLES PRANKE (AMENCAR); NELSON DE SOUZA MODESTO (MNDH); NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG). Presentes também os conselheiros suplentes governamentais; ANELLA OTTATI (MOG); MARILDA MARFAN (MEC); RACHEL MARIA ANDRADE CUNHA (MTE); JULIO BOAVENTURA (MRE) IVANILDO FRANZOSI (CASA CIVIL) e a representante do MJ ELIANA CRISTINA RIBEIRO TAVEIRA CRISOSTOMO . Ausências do MPAS, MS e MINC. Estiveram ainda presentes, Isaura Maria Rodrigues (Conselho Estadual de Tocantins; Márcio Sanches (Fórum Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente); Rosber Almeida (FCC) e Ozanira Ferreira da Costa (parcialmente). Iniciando os trabalhos o Vice - Presidente submeteu a pauta à plenária, tendo sido deliberada com alterações, como segue: ITEM I – LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA. A Ata da Sexagésima Primeira Assembléia Ordinária do CONANDA, foi aprovada com emendas. ITEM II – LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PAUTA DA ASSEMBLÉIA AMPLIADA A SER REALIZADA EM PALMAS – TO – O conselheiro José Fernando da Silva propôs e foi aprovado a criação de um grupo de trabalho para estudar a pauta da Assembléia Extraordinária a ser realizada em Tocantins, juntamente com representantes daquele Estado. Após o estudo o conselheiro Normando Batista fez o relato da pauta proposta pelo grupo, tendo a mesma sido aprovada por todos. Ficou aprovado ainda, para que o CONANDA formalize os convites ao Governador, Prefeito, Parlamentares e demais autoridades do Estado. O conselheiro Charles Pranke propôs e foi aprovado a antecipação da assembléia ordinária do mês de outubro para os dias quatro e cinco, por motivo da assembléia Extraordinária – TO, a ser realizada nos dias 30 de setembro e primeiro de outubro, objetivando racionalizar tempo e recursos. O Vice-Presidente solicitou para que os conselheiros confirmassem suas presenças à Secretaria Executiva o mais rápido possível. ITEM III – APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA III CONFERÊNCIA NACIONAL – O conselheiro Normando Batista Santos, fez o relato dos trabalhos enfocando os pontos mais cruciais para a Comissão no que tange ao local e data da Conferência, tendo em vista as dificuldades para agendamento de locais disponíveis na cidade de São Paulo, com capacidade para mil pessoas. Foi informado à Comissão que no Centro de Convenção Anhambi, só há vaga para o período de sete a onze de novembro. Abriu-se o debate para discutir a viabilidade de alteração da data e de local da Conferência, tendo sido deliberado pela manutenção da data de vinte e dois a vinte e seis de novembro e de substituição do local fora de São Paulo, caso seja necessário. Ficou aprovado ainda, que tão logo seja definido o novo local seja também divulgado o folder mobilizatório preliminar da Conferência e alterada a Resolução de convocação, indicando o novo local. Com relação aos contatos com o presidente dos Correios, a representante do MJ Eliana Cristina fez um breve relato sobre a visita àquele órgão pelos conselheiros Olga, Eurídice e Jorge, ressaltando que o Presidente foi receptivo à proposta de apoio, solicitando, entretanto, para que fosse encaminhado a planilha de custos para estudar a viabilidade do atendimento. Foi entregue à plenária, minuta do Regimento Interno e da programação da Conferência, para sugestões e emendas a serem enviadas à Secretaria

Executiva até o dia vinte de agosto, para deliberação na assembléia de setembro. Foi solicitado a indicação de nomes de painelistas governamentais e não governamentais para a Conferência, cujas indicações deverão ser feitas até o dia treze de agosto à Secretaria Executiva, também para aprovação na plenária de setembro. Ficou definido que a técnica Eliana Cristina centralizará os contatos para a mudança de local do evento e que no dia trinta e um de agosto, primeiro dia da plenária, será dedicado meio período à Comissão Organizadora, para tratar de assuntos pertinentes à Conferência.

ITEM IV - ENCAMINHAMENTO DE PENDÊNCIAS DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR – Foi feito um balanço sobre o cumprimento das pendências, de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus responsáveis. Quanto aos pontos pendentes tiveram as seguintes deliberações: 1 – IBGE – O Vice – Presidente informou que não havia feito o encaminhamento da correspondência, alegando a necessidade de aprofundamento do assunto. A plenária aprovou, tendo indicado os conselheiros Normando e Maria Izabel, para o levantamento do que já existe no IBGE sobre a questão da tipificação de raça e da denominação da cor preta para raça negra e apresentá-lo na plenária do dia 30 de setembro em Tocantins; 2 – Cadastramento de conselheiros no SIPIA – A Coordenadora Nacional do SIPIA, Silvia Arruda, solicitou aos conselheiros a entrega do CPF, para a efetivação do cadastro; 3 - Divulgação do calendário da III Conferência - O conselheiro Charles Pranke, sugeriu que fosse incluído na Home Page do CONANDA os instrumentais de avaliação da III Conferência; 4 – Proposta de Assembléia Ampliada no mês de setembro para discutir as denúncias da Secretaria Municipal de Saúde do RJ – O conselheiro José Fernando sugeriu para que fosse feita proposta de pauta da Assembléia Ampliada com os Conselhos Estaduais a ser realizada no dia 31.08, 01 e 02 de setembro de 1999, incluindo a questão da denúncia da Secretaria de Saúde do RJ. O conselheiro Nelson Éder, continuou defendendo a necessidade de Assembléia Ampliada específica para a questão da saúde; 5 – Comissão Tripartite – Ficou deliberado o envio de correspondência ao Ministro do Trabalho e Emprego e aos órgãos e entidades solicitando a indicação de seus representantes, objetivando o funcionamento da referida Comissão; 6 – Grupo de trabalho que está tratando da lei de gratuidade do registro civil – O conselheiro Ivanildo teceu algumas considerações sobre o funcionamento e a participação dos seus integrantes no grupo e mediante essas considerações a plenária indicou o seu nome para substituir a titular Rachel Niskier, quando impossibilitada de comparecer às reuniões do grupo. A conselheira Maria Stela sugeriu a inclusão de mais uma coluna no instrumental da memória das assembléias, indicando o resultado das providências adotadas.

ITEM V – INFORMES – O Vice-Presidente apresentou correspondência do CNTE comunicando a impossibilidade do seu comparecimento ao debate. Ficou aprovado o envio de correspondência ao Presidente da CNTE, informando-o que a sua ausência prejudicou o debate sobre o plano proposto pelo Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, tendo em vista somente a apresentação do plano do Poder Executivo. Apresentou ainda, convite para virgília que será realizada no dia seis de agosto em frente ao presídio do Carandirú -SP, onde estão indevidamente encarcerados oitenta e oito adolescentes e visita ao governador no Palácio dos Bandeirantes no dia onze de agosto, para tratar de assuntos da FEBEM / SP. A conselheira Maria Izabel foi indicada para representar o CONANDA e na oportunidade teceu considerações sobre o assunto, solicitando a divulgação desses eventos nacionalmente. O conselheiro José Fernando da Silva, solicitou para que a técnica do DCA Luciana, pautasse o assunto, junto aos meios de comunicação;

2. O Vice – Presidente informou sobre o documento do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de Florianópolis, contendo manifestação contra o corte de recursos do Programa Brasil Criança – Cidadã, da Secretaria de Estado da Assistência Social. Foi deliberado oficializar à SEAS sobre o assunto, solicitando a posição oficial daquele órgão, para posteriormente responder ao CMAS, bem como repassar o documento à Comissão de Políticas Públicas;

3. Convites para participação de conselheiros nas Conferências Municipais e Estaduais – Foi deliberado que os convites deverão ser formalizados ao CONANDA e que a representação se dará

somente nas Conferências Estaduais. Quanto as Conferências Municipais, os conselheiros poderão participar nos municípios de seus Estados, devendo sempre o convite ser oficializado ao CONANDA; 4 – Entrega do Premio Prefeito Criança no dia vinte e quatro de agosto, promovido pela Fundação Abrinq e UNICEF – Foi aprovada a indicação da conselheira suplente Ozanira Ferreira para representar o conselho; 5. – Reunião para continuidade das ações sobre os dez anos do Estatuto. O Vice-Presidente se desculpou pela incompatibilidade da data da reunião com o evento de Altamira, justificando que nos próximos eventos as agendas serão compatibilizadas; a assessora de Comunicação do CONANDA deve pautar a mídia sobre o evento comemorativo dos dez anos do Estatuto. 6 – A Coordenadora Nacional do SIPIA Silvia Arruda informou sobre a implantação do módulo quatro do SIPIA, solicitando a indicação de um conselheiro para compor o grupo de trabalho que irá tratar do assunto, tendo sido indicada a conselheira suplente Ozanira Ferreira para compor o grupo; 7 – O conselheiro Nelson Éder informou sobre a aprovação pelo Senado Federal da inclusão de aulas de Direitos Humanos no currículo escolar. Os direitos humanos passam a integrar os parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, médio e superior, na qualidade de Temas Transversais; 8 – O Vice-Presidente informou que a partir desta data o representante do MRE Júlio Boaventura será o novo suplente daquele ministério no Conselho; 9 – A conselheira Rachel Niskier informou que até o presente momento o governo do Estado do Rio de Janeiro não indicou os conselheiros governamentais para a nova gestão. Foi aprovado o envio de ofício ao governador do Rio de Janeiro solicitando que sejam nomeados urgentemente os conselheiros governamentais. Aproveitou a oportunidade para parabenizar os trabalhos da Secretaria Executiva do CONANDA pela sua agilidade. Quanto ao documento enviado pelos ex-alunos da FUNABEM solicitando providências sobre a matéria de capa do Jornal da AMENCAR, no que diz respeito a Lei nº 9.528/97, alterando a Lei nº 8.213/91 (art. 16, parágrafo segundo, o que fere o artigo 33º, parágrafo segundo do Estatuto) - Foi aprovado o repasse do mesmo à Comissão de Políticas Públicas, para análise; II - A conselheira Eurídice sugeriu estudos sobre o quanto custa a recuperação de adolescente autor de Ato Infracional, enfatizando que os altos custos tornam pouco atraentes para investimentos internacionais. A sugestão provocou opiniões favoráveis e contrárias sobre o assunto. A posição da conselheira Maria Stela è que a discussão seja efetivada a fim de chamar a atenção da Comunidade e das Políticas Públicas, sugerindo que se faça um levantamento do que já existe, para debatê-lo na assembléia de outubro. O Vice-Presidente sugeriu que seja traçado um perfil mínimo, fazendo um paralelo do problema e apresentá-lo também na assembléia de outubro. ITEM VI – ASSEMBLÉIA CONJUNTA CONANDA / CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - Às dezesseis horas deu-se o início da Assembléia Conjunta CONANDA / CNS, no Ministério da Saúde, onde foram abordados os temas sobre os aspectos legais da saúde reprodutiva, os aspectos legais – sociais e orgânicos sobre os efeitos nocivos da substância volátil denominada cola de sapateiro. O assunto foi debatido pelos médicos Dr. Renato Viscadi e Dr. Lauro Monteiro, pelo Perito da Polícia Federal Dr. Otávio Brandão Caldas Neto e pelos Procurador Geral de Justiça de Pernambuco e Presidente da ABMP – Dr. Romero de Oliveira Andrade; Procuradores de Justiça Olympio de Sá Sotto maior e Paulo Afonso Garrido; Promotora de Justiça, Selma Leite Nascimento S. Souza e Dr. Valdir Mesquita do Conselho Federal de Medicina. No dia cinco de agosto à nove horas e vinte minutos deu-se continuidade aos trabalhos da Assembléia Ordinária, presidida pelo Vice-Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva. ITEM VII – RELATO E DELIBERAÇÃO DO TRABALHO DO GT SOBRE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS – A Coordenadora do Grupo de Trabalho Maria Stela Graciani teceu as considerações gerais sobre os projetos vindos dos Estados a serem financiados com recursos do Fundo Nacional. Informou que a análise das propostas pauto-se nos critérios estabelecidos pelo CONANDA, considerando satisfatórios os projetos que cumpriram pelo menos cinco desses critérios e que no processo de avaliação considerou-se ainda, as propostas mais inovadoras. Informou que das vinte e sete Unidades Federadas, apenas os Estados do Amazonas, Sergipe e Espírito Santo não enviaram suas propostas. Os projetos aprovados foram:

Região Norte: Amapá; Região Nordeste: Piauí; Região Centro-Oeste: Goiás; Região Sul: Rio Grande do Sul e Região Sudeste: Minas Gerais. Quanto aos recursos, apenas o Estado do Amapá irá receber o valor global da proposta. Para os demais, o repasse será parcial e à medida que os recursos forem sendo liberados, serão formalizadas as complementações dos mesmos. Foram ainda aprovados os projetos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Ceará, os quais receberam classificação satisfatória, e ficará de reserva, podendo ser atendidos de acordo com a disponibilidade dos recursos contingenciados. Quanto aos demais projetos, o grupo de trabalho fará parecer e o remeterá aos seus respectivos Estados. Para os cinco projetos aprovados a equipe técnica do DCA fará o parecer técnico para fins de conveniamento. O Vice-Presidente ressaltou sobre a necessidade da adequação das propostas que não foram atendidas e o conselheiro José Fernando complementou, sugerindo que este assunto fosse tratado no encontro com os Conselhos Estaduais. A análise das propostas apresentadas pelo GT foi aprovada por unanimidade, bem como as demais sugestões apresentadas.

ITEM VIII – DEBATE SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Estiveram presentes no debate a representante do Ministério da Educação Maria Helena Guimarães de Castro, e o Deputado Federal Nelson Marchezan, relator dos Projetos de Lei nº 4.173 e 4.155, respectivamente do Poder Executivo e do Fórum Nacional de Defesa do Ensino Público. O representante do Fórum Nacional Carlos Augusto Abicalil, não compareceu ao debate. A representante do MEC, Professora Maria Helena, fez uma retrospectiva da situação do ensino no país e dos planos existentes desde a era de Vargas até o Plano atual. Fez ainda, o relato sucinto da proposta do Plano Nacional, enfocando os pontos principais para a sua concepção. O relator dos projetos, Deputado Federal Nelson Marchezan, enfatizou que tendo em vistas os Planos do Poder Executivo e da Sociedade Civil possuem pontos convergentes e divergentes, optou-se por fazer um amplo debate com a sociedade brasileira. Neste sentido, informou que já foram realizados inúmeros encontros para discutir o assunto, estando programadas para os dias 10 e 11 de agosto duas audiências públicas, sendo uma com o Conselho Nacional de Educação e outra com os economistas. Para o relator, o Plano deve ser técnico e político e deve ser assumido pela sociedade. Abriu-se o debate, onde foram apresentadas algumas preocupações como: 1- garantia de recursos para a educação infantil e para jovens adultos; 2- dificuldade de acesso da classe baixa ao ensino superior; 3- democratização da gestão da educação; 4- garantia de escolas de tempo integral para os que mais necessitam; 5- encurtamento dos cursos de nível superior; 6- mudança na sistemática de crédito educativo. Com relação às questões levantadas sobre educação profissional e educação à distância, a representante do MEC sugeriu que fossem convidados os responsáveis desses setores para apresentar seus programas ao Conselho. Indicou também o SITE na INTERNET, para maiores detalhes sobre o Plano Nacional, sendo: www.inep.gov.br. No que tange ao prazo para aprovação do plano, o relator informou que tem envidado esforços para concluí-lo ainda este ano. O Vice-Presidente agradeceu aos participantes pela oportunidade do debate. A conselheira Kênia Augusta aproveitou a oportunidade para solicitar ao Deputado o seu engajamento na luta contra o rebaixamento da idade penal.

ITEM IX – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DA SENADORA MARINA SILVA – ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO AOS NOVOS MEIOS ELETRÔNICOS E APRESENTAÇÃO DO ÓRGÃO CONTROLADOR DA POLÍCIA FEDERAL – A Senadora cumprimentou a todos e em seguida fez o relato do projeto de sua autoria que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, objetivando adaptar os Artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente aos novos meios eletrônicos, elevando a pena dos contraventores, tendo em vista as constantes denúncias de divulgação e imagens eróticas de crianças e adolescentes através dos meios de comunicação, principalmente a internet. O novo texto sugerido visa, o aprimoramento da lei e contribui para a efetiva observância da garantia fundamental da dignidade humana. O perito da Polícia Federal André Machado Caricati fez o relato sobre o papel da Polícia Federal na apuração de crimes por computadores, enfocando todos os aspectos legais

utilizados para classificação dos crimes. Após o debate sobre os temas apresentados, foram feitas algumas sugestões como: 1- multas significativas para os contraventores e que as mesmas sejam revertidas aos Fundos Municipais; 2- penas alternativas, para que a medida seja sócio-educativa; 3- remeter às questões dos crimes por computadores para o código penal. A Senadora mostrou-se suscetível à mudanças no projeto, para incluir as sugestões apresentadas, bem como irá propor a realização de audiência pública para discussão do assunto, objetivando enriquecer o texto do projeto. Foi aprovado os nomes dos conselheiros Eurídice, Ivanildo, Cláudio e Ozanira para participarem da audiência pública. A conselheira Eurídice Vidigal solicitou à Senadora incluir o tema criança e adolescente na Comissão de Erradicação da Pobreza e a conselheira Maria Izabel solicitou para que ela se engaje na campanha contra o rebaixamento da idade penal dos adolescentes em conflito com a lei. O Vice- Presidente agradeceu à Senadora Marina e ao perito André, pelos trabalhos apresentados. **ITEM X – RELATO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO / ORÇAMENTO E FINANÇAS E DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONSELHO TUTELAR** – O coordenador da Comissão de Comunicação fez o relato dos trabalhos, convidando o Sr. Ivônio para apresentar a etapa final da logomarca do CONANDA e da Conferência. O senhor Ivônio ressaltou que foram observados alguns aspectos importantes na criação da logomarca, tais como: Conceito- expressar a igualdade de gênero; Universo Temático do CONANDA - crianças e adolescentes; - Igualdade de tratamento- nem preto nem branco; Enlace – o caminho, a movimentação, a luta; Expressar solidariedade; cores – saindo do verde amarelo e indo para o caminho étnico e Simplicidade. A plenária aprovou a proposta sugerindo pequenas alterações. Foi deliberado para que o senhor Ivônio faça as alterações necessárias e as submeta ao conselheiro José Fernando para a aprovação final. Com relação a proposta do CD, o senhor Ivônio sugeriu a criação do CD ROM pela facilidade de comercialização. Foi aprovado pela plenária a apresentação de proposta para produção do CD ROM e do “ Lay Out” para o Fax Direito e apresentá-la na próxima plenária; ficando responsáveis os conselheiros José Fernando e Olga Câmara e a técnica do DCA Luciana. Com relação ao texto sobre o rebaixamento da idade penal, ficou aprovado o envio de sugestões aos conselheiros Normando e Charles para a sua conclusão e para votação do texto final na Assembléia de setembro. Foi também aprovado a apresentação na próxima plenária do texto final sobre o artigo 247 do Estatuto , modificado pelo Supremo Tribunal Federal por ação de inconstitucionalidade. A Comissão de Articulação/Orçamento e Finanças se reuniu com o Grupo de trabalho sobre Conselho Tutelar. O Coordenador da Comissão Charles Pranke fez o relato dos trabalhos informando que os recursos para manutenção do CONANDA, foram disponibilizados na sua íntegra, podendo realizar a Conferência Nacional e os Encontros Regionais de Articulação com os Conselhos Tutelares. Quanto aos recursos do Fundo Nacional continuam contingenciados. Nesse sentido, foi definido encaminhar mensagem ao Presidente do Conselho, para articular-se dentro do Ministério da Justiça, objetivando a liberação desses recursos. Caso não seja possível o Conselho deve se articular com os Conselhos Estaduais e também com o Ministério do Orçamento e Gestão, visando a sua liberação. O coordenador informou ainda, sobre o veto pelo Presidente da República ao artigo 50 da Lei 9.811/99- Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2.000, eliminando o Fundo Nacional na referida lei, bem como o veto ao parágrafo 5º do artigo 18, restringindo ainda mais as possibilidades orçamentárias do Fundo. Foi aprovado pela plenária, para que o CONANDA se articule com o Congresso Nacional através da Frente Parlamentar , solicitando o empenho dessa Frente para o descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional e para a reintegração dos artigos 50 e parágrafo 5º do artigo 18 da Lei 9.811/99 na sua integralidade à LDO do ano 2.000. A Comissão se propôs apresentar proposta de Resolução na próxima plenária, definindo repasse dos recursos do Fundo Nacional através de Fundo a Fundo, a nível de Estados e Municípios. Quanto aos Encontros Regionais, a técnica do DCA Leilá Leonardos ficou incumbida de elaborar o processo administrativo, na modalidade de Carta Convite para a operacionalização dos mesmos. A data dos

encontros só será definida após a concretização da Carta Convite. Sobre a solicitação do Conselho Tutelar de Presidente Venceslau – SP, sugerindo recolhimento do imposto SIMPLES dos pequenos comércios e microempresários, para doá-los ao Fundo Municipal, o mesmo foi repassado à conselheira Eurídice para parecer e posteriormente responder ao Conselho Tutelar. ITEM XI – PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PRESIDENTE DO CONANDA DR. JOSÉ GREGORI – Primeiramente o Vice-Presidente informou ao Presidente sobre a realização dos trabalhos da plenária. Em seguida, Dr. José Gregori cumprimentou à todos falando do seu empenho para concretizar as ações do CONANDA no segundo semestre. Teceu considerações acerca da atuação do Conselho, alegando suspeitas de que o CONANDA não pegou no Brasil, não sabendo definir o porque. Disse que aceitou a presidência para viver um desafio e mostrar que é possível alterar essa situação. Alegou que a SEDH está procedendo avaliação das deliberações do Conselho, ressaltando que haverá maior empenho por parte dessa Secretaria para que o CONANDA aconteça. Informou sobre o Relatório Inicial do Brasil ao Comitê sobre os Direitos da Criança a ser enviando à ONU, recebido do Ministério das Relações Exteriores, designando os conselheiros Joacir Della Giustina, Marilda Marfan e Ozanira Ferreira para análise do documento e posterior encaminhamento ao Ministério. Falou sobre a elaboração de manual de funcionamento das TV's, que as emissoras estão preparando, os quais deverão ser entregues à SEDH até o dia 20 de agosto, onde também deverão ser apresentados os programas voltados à criança e adolescentes. Em setembro deverá sair o KIT para distribuição ao público. O Presidente ressaltou o empenho do colegiado na mobilização dos Conselhos para a realização da III Conferência Nacional, de onde sairão grandes propostas para o país. Com isso, espera que o CONANDA tenha caminhos novos a percorrer. O conselheiro Charles Pranke agradeceu o apoio da SEDH, no que tange a liberação dos recursos de manutenção que estavam contingenciados e solicitou que este empenho seja também efetivado para a liberação dos recursos do Fundo Nacional que continuam contingenciados, prejudicando o atendimento dos projetos sobre as medidas sócio-educativas vindo dos Estados. O Presidente se comprometeu a usar sua força política para liberação desses recursos. Ressaltou a forte pressão existente para o rebaixamento da idade penal, alegando que o caso da FEBEM – SP teve efeito devastador sobre o assunto. A conselheira Olga Câmara falou do acompanhamento que o DCA vem realizando junto a FEBEM-SP, ao Rio de Janeiro e ao CAJE-DF, para tratar das questões sobre o adolescente infrator. O conselheiro Fernando falou da logomarca do CONANDA, do Fax Direito e do Boletim, os quais irão ajudar na visibilidade do Conselho. Falou sobre a importância de se usar os meios de Comunicação e sobre a deliberação da plenária sugerindo o uso de Rede Nacional para falar sobre o rebaixamento da idade penal. O conselheiro Nelson Éder, endossou a fala, defendendo a necessidade da ofensiva por parte do CONANDA, tendo em vista a Defesa dos Direitos Humanos. A Assessora do INESC Jussara de Goiás, falou das dificuldades por parte dos empresários nomearem seus representantes para compor o grupo de trabalho sobre a Convenção 138 e defendeu a atuação do CONANDA, que está cumprido o que o Estatuto preconiza, ou seja, aprovando propostas para implementação de unidades pequenas para a internação de adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas. A conselheira Olga Câmara informou também, que o DCA não irá financiar projetos arquitetônicos que não estejam em consonância com o Estatuto. Falou ainda, sobre matéria apresentada no Fantástico exibida no dia primeiro de agosto, exaltando a qualidade extraordinária da matéria, enfocando o problema do adolescente em conflito com a Lei, sem entretanto, abordar o problema do rebaixamento da idade penal. Na oportunidade sugeriu moção de Louvor do CONANDA à Rede Globo pela matéria apresentada, tendo a mesma sido aprovada. O Presidente agradeceu à todos, se comprometendo sempre que possível utilizar os meios de Comunicação para pronunciar-se contra a redução penal e em prol das medidas sócio-educativas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, ficando a conselheira Olga de agendar estes momentos. Como datas indicativas ficaram: treze ou vinte de agosto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria

Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice - Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Vice-Presidente do CONANDA